

## **DILEMAS DO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NO NORDESTE PARAENSE/PA**

Arthur Boscarol da Silva<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho consiste na análise da materialização do Programa Territórios da Cidadania no Nordeste Paraense/PA. Criado em 2008, o Programa está inserido num contexto de políticas públicas e programas com base no desenvolvimento territorial, idealizados na Europa e transpostos para o Brasil. Este modelo propõe ações integradas do Estado, fugindo à abordagem em setores específicos da economia. Além disso, também prevê a participação popular, mediante a criação de um colegiado paritário composto por representantes da sociedade civil e do poder público, responsável por deliberar o uso de parte das verbas enviadas pelo atualmente extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário. Com objetivo de compreender a efetivação do Programa, este artigo analisou, por meio de entrevistas, trabalhos de campo, documentos e atas das reuniões, todos os projetos deliberados entre 2008 e 2016 e a situação atual destas ações. Com isso, buscou-se contrapor o discurso que fundamenta tal programa e suas realizações, concluindo que há um descompasso entre os mesmos, sendo suas medidas relevantes dada a precariedade dos territórios em que se aplica e não ao bom funcionamento do Programa.

**Palavras-chave:** Territórios da Cidadania; Nordeste Paraense; PROINF.

### **Introdução:**

Nas últimas duas décadas, em escala nacional e internacional, o discurso do desenvolvimento se apresenta numa nova proposta: o desenvolvimento territorial. Este é apresentado como se fosse diferente dos anteriores e resultaria de uma nova perspectiva, agora integradora de diferentes áreas e setores anteriormente fragmentados (por exemplo: urbano-rural; indústria-agricultura; saúde-educação-cidadania). Assim, em busca de uma visão menos fragmentada e, conseqüentemente, mais integradora, o desenvolvimento territorial é apresentado como solução para os fracassos das tentativas de desenvolvimento anteriores.

Esta nova perspectiva surge na Europa e, portanto, foi pensada para condições significativamente diferentes das encontradas no território brasileiro. Destaca-se, entre outros, o problema fundiário que marca a formação deste último, perpetuado por políticas omissas no tocante à questão agrária. O desenvolvimento territorial, como possível afirmar atualmente, trata-se de mais uma perspectiva que acaba por secundarizar a questão agrária brasileira, fator fundamental para a mitigação das iniquidades marcantes do campo brasileiro.

---

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Contato: arthurbss@gmail.com.

Apresentando-se como uma nova perspectiva, esta contém duas novas características: a participação popular e a sustentabilidade. Com isso, as medidas com base no desenvolvimento territorial permitiriam ações socialmente conscientes e ambientalmente corretas, ao criarem novos mecanismos de participação da sociedade civil, associados à problemática ambiental. Alcançar-se-ia, então, legitimidade às decisões combinadas com respeito à dinâmica ambiental dos locais contemplados.

É neste contexto em que surgem no Brasil dois programas ancorados nesta concepção de desenvolvimento: o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), criador dos Territórios Rurais em 2003, e o Programa Territórios da Cidadania em 2008, que transformou parte dos Territórios Rurais e criou novos Territórios da Cidadania.

Estes programas são concebidos sob essa nova orientação, numa tentativa de superação da visão setorial, inclusão da participação da sociedade civil e do desenvolvimento sustentável. A primeira, pela proposição de conglomerados de municípios que pensariam projetos conjuntamente para atingir todo o território. A segunda, garantida pela participação de representantes da sociedade civil e do poder público, formando um colegiado paritário (CODETER) com poder deliberativo sobre parte dos investimentos públicos a serem feitos nos municípios que compõem o território. A terceira, pela criação de planos territoriais de desenvolvimento territorial sustentável, que serviriam de base às ações a serem deliberadas.

O Programa Territórios da Cidadania, objeto deste trabalho, foi criado em 2008 como aprimoramento do PRONAT. Esse programa, segundo a legislação, busca integrar as políticas públicas baseadas no planejamento territorial; ampliar os mecanismos de participação social; ampliar a oferta de programas básicos de cidadania; incluir e integrar produtivamente populações pobres e segmentos sociais mais vulneráveis; e valorizar a diversidade regional e populacional. Para isso, elenca grupos de municípios possuidores de coesão social e territorial, com densidade média abaixo de 80 habitantes por quilometro quadrado, população de até 50 mil habitantes e que possuam baixos indicadores sociais, como dependência do Programa Bolsa Família e o Índice de Desenvolvimento Humano (BRASIL, 2008).

Desta maneira, o Programa elenca municípios com as maiores vulnerabilidades sociais. Ao atuar nestes, serve como criador de expectativas frente as suas fragilidades, ainda mais pela participação popular que hipoteticamente daria poder às parcelas das populações as quais dificilmente conseguiriam dialogar com o poder público.

Neste contexto, o presente artigo é resultado de dois anos de pesquisa realizados durante o mestrado em Geografia do autor. Tivemos como objetivo nesta pesquisa identificar as ações do Programa Territórios da Cidadania no Nordeste Paraense/PA, buscando compreender de que maneira estes viabilizam o desenvolvimento do Território. Para isso, realizamos revisão bibliográfica sobre o Programa, análise documental dos projetos do Território, entrevistas com gestores dos bens e participantes do colegiado e trabalhos de campo nos municípios, realizados entre setembro de 2016 e janeiro de 2017. Neste artigo, detivemo-nos em contextualizar brevemente o Território, focando-nos na investigação nas medidas deliberadas pelo CODETER, analisando sua situação atual, seu uso e a gestão deste bem, com intenção de contribuir para a problematização das potencialidades e fragilidades da política.

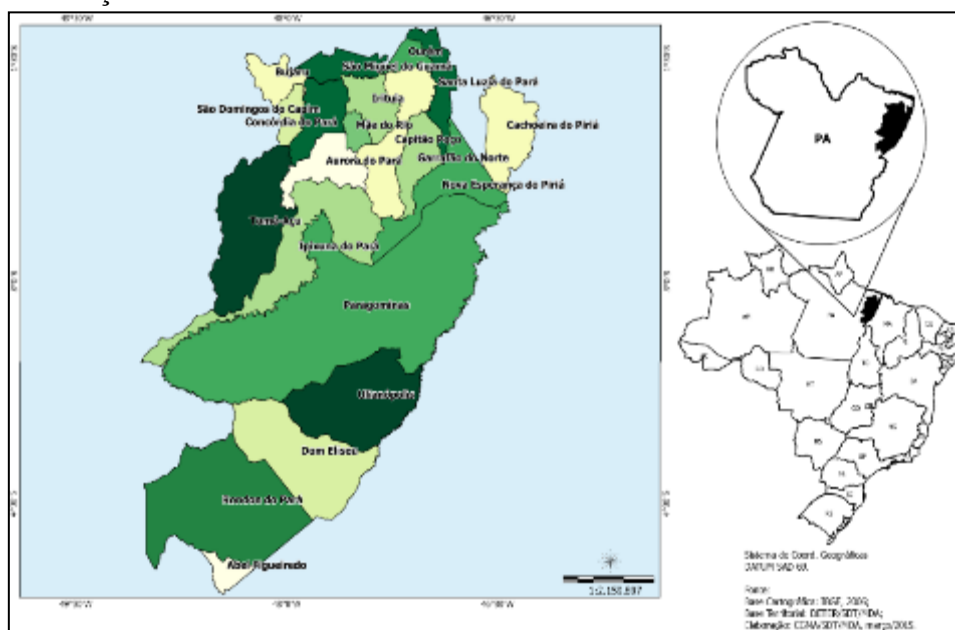
Concluimos que as medidas realizadas são muito pontuais frente às fragilidades do Território. Problemas diversos do Programa, como a manutenção e o uso coletivo dos bens adquiridos, a falta de verba para a gestão do CODETER, as distâncias entre os municípios e as burocracias institucionais aparecem como fatores limitantes ao seu funcionamento.

### **Do Território Nordeste Paraense/PA**

O Território Nordeste Paraense/PA acompanha a divisão política-jurídica da qual a política se apoia: os municípios. Localizado no nordeste do estado do Pará, o Território (Figura 01) contava inicialmente com 15 municípios: Aurora do Pará, Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Santa Luzia do Pará, São Domingos do Capim e Ulianópolis. Em 2009, foram incluídos 5 novos municípios: Abel Figueiredo, Bujaru, Rondon do Pará, São Miguel do Guamá e Tomé-Açu.

Os baixos indicadores do Território, como pobreza e tímido dinamismo econômico, justificam a sua inclusão no Programa, merecendo destaque o seu caráter rural e a sua composição diversa, marcada pela existência de populações indígenas e quilombolas, conforme a Tabela 01 a seguir.

**Figura 01:** Situação do Território da Cidadania Nordeste Paraense/PA.



**Fonte:** Brasil (2015).

**Tabela 01:** Caracterização do Território Nordeste Paraense/PA

Variável	Valores
Área (em hectares)	6.875.378
População Total (hab.)	734.492
População Urbana (hab.)	381.151
População Rural (hab.)	353.341
Nº de Famílias Assentadas - Reforma Agrária	18.373
Área dos assentamentos (em hectares)	845.479
Área ocupada pela agricultura familiar	700.658
Pessoal ocupado na agricultura familiar	78.198
População indígena (hab.)	2.737
População quilombola (famílias)	592

**Fonte:** Brasil (2015), Brasil (2017), FUNAI (2017), e IBGE (2006) – Tabela 1109. Elaborado pelo autor.

A pobreza também faz parte do cenário do Território. Segundo dados constantes em Brasil (2015), a renda per capita média dos habitantes dos municípios é de aproximadamente R\$ 296,91, variando entre R\$ 543,02 em Ulianópolis e R\$ 159,14 em Aurora do Pará, sendo a média brasileira R\$ 1.226,00 (IBGE, 2016). A porcentagem de extremamente pobres, que vivem com menos de R\$ 67,00 mensais per capita, atinge até 46,55% em Nova Esperança do

Piriá e 7,49% em Paragominas, num valor médio de 23,14% entre todos os municípios. Já os vulneráveis à pobreza, que vivem com menos de R\$ 465,00 per capita atingem 91,32% em Aurora do Piriá e 62,68% em Ulianópolis, com uma média de 80,73% considerando todos os municípios (BRASIL, 2015).

O número de assentamentos de reforma agrária e a população nos assentamentos é relevante, no entanto, não é suficiente para resolver o problema da concentração fundiária no Território. Levando em conta o conjunto de municípios, 1,76% dos estabelecimentos possuem mais de 1.000 hectares e ocupam uma área que representa 53,49% de todos os estabelecimentos. Ao mesmo tempo, 88,94% dos estabelecimentos com menos de 200 hectares ocupam cerca de 27,3% da área dos estabelecimentos. Como marca da heterogeneidade do Território, alguns municípios, como Ulianópolis e Paragominas, apresentam intensa concentração de terra. No primeiro caso, 56% da área total está distribuída em 5 estabelecimentos com mais de 2.500 hectares, que representam 0,89% do total, e apenas 11,23% da área está distribuída entre os 90,58% estabelecimentos com menos de 200 hectares. Já no segundo caso, 89,39% da área total está distribuída entre 34,28% dos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares e os outros 1,25% dos estabelecimentos até 200 hectares ocupam 44,69% da área total. Estes municípios destacam-se pela expansão das agriculturas capitalistas, notadamente a soja (IBGE, 2006).

Por outro lado, em outros municípios, como Cachoeira do Piriá e Ourém, apontam estruturas fundiárias mais igualitárias, inexistindo propriedades com mais de 2.500 hectares. No primeiro caso, 98,21% dos estabelecimentos possuem menos de 200 hectares e ocupam 89,93 da área. O segundo apresenta a mesma proporção de estabelecimentos com menos de 200 hectares, mas representa 62,69% da área total (IBGE, 2006).

A expansão do modelo de agricultura capitalista, marcado pela concentração de terra, é percebida com destaque em duas áreas do Território. Num sentido noroeste-sudeste os municípios de Bujaru, Concórdia do Pará, Irituia, São Domingos do Capim e Tomé-Açú são marcados pela expansão da dendeicultura, produtora de azeite de dendê e óleo de palmiste, matérias-primas da indústria de alimentos, cosméticos e biocombustíveis (MULLER, 1980). A área plantada por esta cultura passou de 2.250 hectares para 31.917 hectares entre os anos de 2000 e 2015 (IBGE, 2016). Em lado oposto, no sentido sudeste-noroeste do Território, o setor de grãos se expande nos municípios de Dom Eliseu, Paragominas, Rondon do Pará e

Ulianópolis, com destaque para um crescimento da área plantada de soja em 163.669 hectares entre 2000 e 2015, partindo de 45.520 para 209.189 hectares (IBGE, 2016).

O setor da mineração também é presente no Território, a partir da exploração de bauxita pela empresa Hydro Paragominas, localizada no município do mesmo nome, e pela exploração de caulim, pela empresa Imerys Capim, em Ipixuna do Pará. Em ambos os casos, os capitais nacional e internacional controlam tais empresas e a exploração dos recursos naturais. A primeira tem como acionista majoritário o Estado norueguês e a segunda o grupo francês Imerys (IMERYS, 2017; HYDRO, 2016). Além da expansão das atividades mineradora e agrícola no Território, este é marcado pela resistência de comunidades indígenas e quilombolas. Segundo a FUNAI (2017), existem 6 terras indígenas regularizadas e outras 2 em processo de regularização. Já as terras quilombolas são 11, sendo 3 federais e 8 estaduais (BRASIL, 2017).

O Território Nordeste Paraense situa-se na Amazônia e, portanto, não pode ser pensada fora dela. Como território heterônimo (SOUZA, 2000), foi marcado pela atuação pelos “de fora”, incluídos aqui os brasileiros não-amazônidas. As diversas ações para o desenvolvimento aplicadas até aqui, como revelado brevemente nesta caracterização, não foram capazes de vencer as diversas fragilidades do Território, principalmente no que diz respeito à pobreza e a justiça social. Assim, como pensa Porto-Gonçalves (2015, p. 54) sobre a Amazônia, entendemos que o Território Nordeste Paraense reúne quatro séculos de diferentes desigualdades em um mesmo espaço, criando um complexo espaço geográfico, marcado pela riqueza política, social e cultural.

A partir desta breve contextualização, pretendemos expor algumas das contradições (e a heterogeneidade) que marcam o território em que o Programa Territórios da Cidadania se assenta, em vias de pensar a relevância de tais medidas frente as fragilidades dos municípios que o compõe. Em seguida, apresentaremos as realizações deste Programa no caso do Nordeste Paraense.

### **Projetos e aquisições: a concretude do Programa no Nordeste Paraense**

O Programa Territórios da Cidadania parte de uma realocação de verbas de diversos ministérios, resultando num orçamento aparentemente imenso. A Matriz de Ações de 2013, única constante no site do Programa, apresenta um montante de aproximadamente R\$ 9,4

bilhões (BRASIL, 2016b). Esta verba, no entanto, não é passível de deliberação pelo CODETER. Uma parte pequena deste montante, conhecida como PROINF, é única parcela a qual o colegiado tem poder de decidir seu uso. É nestas medidas que este artigo tem seu foco. O colegiado territorial do Território Nordeste Paraense deliberou e envio projetos anuais entre os anos de 2009 e 2016, sendo ausentes os envios em 2010, 2014 e 2016. Separamos por anos as propostas enviadas e a sua situação atual.

Os projetos são discutidos e deliberados anualmente pelo colegiado, acompanhando a emissão do Manual do PROINF pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Posteriormente, os projetos são enviados à Secretaria por um proponente definido na reunião. Os documentos sobre os projetos e as atas das reuniões do CODETER e do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) foram conseguidos a partir do Sistema de Gestão Estratégica (SGE) (BRASIL, 2016a), do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) (BRASIL, 2016e). As informações foram complementadas pelas entrevistas realizadas com os gestores dos bens e com os participantes do colegiado, destacando a relevância das informações prestadas pela representante da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP) no CODETER, entidade proponente da maioria dos projetos enviados. É com base nestas fontes que realizamos o presente trabalho.

Todas as medidas são pensadas no CODETER, porém, enviadas ao SDT por um proponente, uma vez que esse colegiado não possui institucionalidade para enviar as medidas, pois não é um órgão público, não possui CNPJ, nem prerrogativas legais para gestão e aquisição dos bens. Assim, os projetos são enviados por um proponente que precisa contribuir com uma contrapartida, que no caso de todos os projetos do Nordeste Paraense foi de 10% do valor total do montante solicitado. Neste Território, a maioria das propostas tiveram como proponente a Secretaria de Agricultura (SAGRI, posteriormente transformada em SEDAP). No ano de 2009 também enviaram projetos a Prefeitura Municipal de Paragominas, a EMATER-PA e o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA).

Todas as medidas estão contidas no Quadro 01, indicando ano e data de envio, proponente, objeto e valor do projeto. Após o Quadro, apresentaremos a situação dos projetos, separando-os por ano de envio, proponente e município de destino.

**Quadro 01:** Propostas enviadas pelo Território Nordeste Paraense/PA entre 2009 e 2016.

Ano	Proponente	Objeto	Valor do Projeto (R\$)	Data de Envio
2009	SAGRI	5 caminhões, construção de 1 galpão e aquisição de 1 micro-ônibus	1.072.500,00	01/08/2009
2009	PM Paragominas	1 caminhão - apoio à comercialização da produção das comunidades indígenas	187.000,00	15/09/2009
2009	EMATER-PA	Apoio à piscicultura: ração para fomento inicial de criação de peixes em tanques rede implantados	70.196,00	-
2009	MNNEPA	Apoio à articulação, comunicação e capacitação	179.205,00	-
2011	SAGRI	Apoio à educação do campo e à pedagogia da alternância	333.600,00	14/09/2011
2011	SAGRI	Veículos e equipamentos para a rede de economia solidária	150.700,00	14/09/2011
2012	SAGRI	Equipamentos, veículos, máquinas e implementos agrícolas para apoio ao escoamento da produção familiar e à assistência técnica	611.000,00	17/09/2012
2013	SAGRI	05 conjuntos para envase de mel em sache, 1 caminhão frigorífico e 1 caminhonete pick-up cabine simples	465.000,00	27/09/2013
2015	SEDAP	12 plantadeiras-adubadeiras e afofadores-subsolador para a mecanização do cultivo da mandioca	384.000,00	10/11/2015

**Fonte:** Brasil (2016a), Brasil (2016e) e planilha de controle da SEDAP consultada em entrevista. Elaborado pelo autor.

Apenas dois projetos de 2009 foram *os únicos inteiramente realizados* no Programa Territórios da Cidadania no Nordeste Paraense nos anos estudados, passando desde sua concepção até o seu repasse ao destinatário final. Segundo a ata de reunião do CODETER, do dia 3 de junho de 2009, realizada em Paragominas, decidiu-se pelo apoio às ações apresentadas no Quadro 01 e discriminadas a seguir.

Essas medidas propostas foram organizadas e elaboradas, resultando no **projeto de 2009**. Neste documento, constam as justificativas de cada ação do Programa e os valores aplicados em cada projeto. De um modo geral, as medidas não apresentam justificativas muito diferenciadas das que as aquisições sugerem: melhoria no transporte, beneficiamento e estocagem da produção agrícola para melhor comercialização.



A construção do galpão e o caminhão adquirido em Nova Esperança do Piriá tinham como objetivo dar apoio logístico à secretaria municipal de agricultura nas suas ações com os agricultores familiares para produtos que garantam renda e segurança alimentar. Segundo o documento, o custo do galpão seria de R\$ 110.000,00, sendo R\$ 99.000,00 do MDA e os outros R\$ 11.000,00 do proponente. Já o caminhão, igual para todos os municípios, custaria R\$ 187.000,00, sendo R\$ 168.300,00 do MDA e R\$ 18.700,00 da SAGRI.

Estas medidas, já realizadas, foram constatadas em campo com a companhia do atual secretário de agricultura do município. Em entrevista, o mesmo afirmou que o caminhão vem sendo intensamente utilizado, sendo raras as vezes que fica guardado na garagem. Este é utilizado para as mais diversas finalidades: desde o transporte de produtos agrícolas dos agricultores familiares até a mudança de moradores da zona urbana para o “interior” (zona rural) e vice-versa e transporte de materiais de construção.

Segundo o entrevistado, é comum que as pessoas solicitem o uso do caminhão para estas finalidades, sem haver, necessariamente, um regulamento institucionalizado, demandante de um formulário ou um ofício. A manutenção, gestão e os custos, incluso o motorista, são todos da prefeitura de Nova Esperança do Piriá. Quando comentado sobre as boas condições do caminhão, o entrevistado relatou o cuidado que o motorista tem com o caminhão, uma vez que o mesmo “não vai em qualquer lugar com ele”. Há, inclusive, um adesivo no caminhão com o apelido do motorista.

Estes fatos revelam, assim como o restante da entrevista, que o uso do caminhão é feito de maneira arbitrária. Não se quer dizer com isso que seja um mal-uso ou uso inadequado. No entanto, a falta de uma institucionalidade para o uso do caminhão revela que este pode ser utilizado de acordo com a vontade daqueles que o controlam, não havendo garantias de uso para os demais municípios ou possíveis solicitantes, uma vez que não há um regulamento para o seu uso.

A existência de um regulamento, vale ressaltar, não é garantia inquestionável de um uso mais democrático ou adequado do caminhão, mas dá garantias legais de uso para o mesmo. O secretário do município, no entanto, garantiu que raramente o uso do caminhão é negado aos solicitantes, a depender das condições de acesso e da distância do local de destino. Assim, o caminhão é gerido pela prefeitura, que cede aos agricultores para as mais diferentes finalidades.

É interessante destacar um fato que se repete também nos outros caminhões: adesivos de divulgação dos governos em diversas instâncias. No caso de Nova Esperança do Piriá, num primeiro momento a aquisição aparenta ser do governo estadual devido o destaque da propaganda. Entendemos que estes adesivos contribuem para confundir a identificação da origem do produto, fato relatado por Souza (2014) ao entrevistar a presidente do CODETER. Esta considera a falta de associação do produto com o Programa como um problema fundamental, pois faz causa desmotivação na participação dos atores. Assim, defende que é preciso fazer um esforço para que as pessoas identifiquem a aquisição como resultado das discussões. Vale ressaltar, no entanto, que a demora na entrega dos produtos é longa demais, sendo um exemplo o caso do caminhão solicitado em 2009 e entregue em setembro de 2012.

O galpão, segundo o entrevistado, nunca foi utilizado para sua finalidade: armazenamento de produtos agrícolas. O entrevistado, que além de secretário também é agricultor familiar, considera que isso decorre do fato de o galpão ser inadequado à finalidade, sendo um modelo já pronto, pequeno demais para o fim que foi proposto. Desta maneira, considera que os agricultores preferem entregar direto ao atravessador sua produção. Com isso, o galpão acabou sendo utilizado eventualmente para capacitação de agricultores pela EMATER e, atualmente, para medidas socioeducativas, como o local de funcionamento de ensaios da banda do município. Não conseguimos informações precisas quanto a construção. De acordo com as entrevistas, ocorreu em 2012.

*O caminhão entregue em Ulianópolis* ficou sob a manutenção, custeio e gestão da Prefeitura Municipal. Em entrevista realizada com secretário de agricultura do município, o mesmo revelou que o caminhão também vem sendo muito utilizado, com finalidades semelhantes à de Santa Luzia do Pará: desde transporte de produtos dos agricultores familiares até o atravessador ao transporte de mercadorias para a área rural adquiridas na área urbana e mudança de moradores dentro do município (fretes). Assim como os outros caminhões, é marcado por diversos adesivos das esferas de poder.

O secretário também relatou haver um controle de solicitação, através do envio de ofício. Esta burocracia é resultante de um processo no Tribunal Regional Eleitoral aberto contra o mesmo, por conta de uma acusação de compra de voto pela cessão do caminhão para levar material de construção. A partir desta situação, atualmente resolvida com absolvição do

acusado, tomou-se o cuidado de realizar, por documentação, a solicitação do agendamento. O entrevistado apresentou um calendário de mesa com as próximas datas agendadas. Ainda em Ulianópolis, a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais foi entrevistada e disse que há uma parceria forte entre o mesmo e a prefeitura do município. A entrevistada confirmou os usos do caminhão.

*Em Santa Luzia do Pará o caminhão ficou sob gestão, custeio e manutenção do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. O uso do caminhão no projeto foi pensado para auxiliar no transporte da produção de mel, o que não ocorreu, segundo o presidente da seção regional do Sindicato em entrevista no dia 23 de novembro de 2016. Assim como nos outros casos, o caminhão estava bem conservado e, segundo os entrevistados, é constantemente utilizado para as mesmas atividades que ocorrem nos municípios já relatados: mudanças, transporte de material de construção e de produção dos agricultores. Cabe ressaltar, no entanto, uma característica diferente: a cobrança de taxa para uso.*

A taxa é cobrada, segundo os entrevistados, por que o Sindicato não tem condições de arcar com sua manutenção, sendo as taxas destinadas para este fim. De início, tal irregularidade parece tornar questionável as reais possibilidades de uso do caminhão. Por outro lado, pensamos que a limitação da política foi contornada desta maneira, o que não quer dizer que a postura esteja de acordo com a utilização de um bem público. Ocorre que, ao não se ter verba específica para manutenção dos bens adquiridos pelo território, dificulta-se o processo de manutenção dos mesmos.

Com isso, vislumbramos duas situações possíveis caso o Sindicato arcasse sozinho com os custos de manutenção do caminhão adquirido pelo Programa. Em uma delas, o Sindicato poderia destinar o bem para seu próprio uso, uma vez que é responsável pela manutenção, caracterizando uma apropriação privada do bem público. Em uma outra, o caminhão poderia ficar inutilizável no primeiro momento que demandasse manutenção. Assim, fugindo de julgamentos precipitados, as considerações dos entrevistados parecem convencer quanto a necessidade da cobrança da taxa. Ao serem questionados sobre o valor, informaram que é “muito inferior ao preço do frete” e “apenas para manutenção”.

Além desta situação, a falta de uma verba específica do Programa também traz outra situação que nos pareceu inadequada segundo a sua concepção. Os que recebem o bem ficam

responsáveis pela gestão do mesmo, arcam com os custos de manutenção e, com isso, não estão satisfeitos em compartilhar o uso. Segundo informações da presidente do CODETER, houve uma tentativa de compartilhamento de um caminhão adquirido ainda durante os Territórios Rurais e que estava sob cessão de uso de Paragominas. Ocorre que a experiência não foi exitosa, pois o caminhão retornava em más condições após ser emprestado a outros municípios, sendo a manutenção exclusiva da prefeitura municipal de Paragominas, cessionária do bem.

*Em Mãe do Rio*, por outro lado, o Sindicato, também responsável pela gestão do bem, compartilhou com a prefeitura deste município e com o usuário parte dos custos. A manutenção e o motorista são de responsabilidade da prefeitura e o combustível, por parte do solicitante. Segundo o presidente e o secretário do Sindicato, essa parceria tem possibilitado o uso do bem, que serve às mesmas funções dos outros municípios: mudanças, transporte de material de construção e de produtos dos agricultores familiares. Cabe destacar que o Presidente chamou atenção que os dois primeiros itens não são prioritários. Ainda deu destaque para o uso do caminhão na feira semanal do agricultor aos sábados, no abastecimento das escolas com produtos para o PNAE, ocupando uma semana a cada mês, e o abastecimento do PAA, que demanda o caminhão 2 dias por mês. O entrevistado reiterou que a feira do produtor de Mãe do Rio é uma das maiores do Pará e, portanto, tem um fluxo contínuo de mercadoria do município que é realizado pelo próprio caminhão.

Nas duas visitas ao município não foi possível encontrar o caminhão, pois segundo o presidente e o secretário do Sindicato, o mesmo fica guardado na casa do motorista, na comunidade do KM 10, a 40 quilômetros de estrada não asfaltada do município. Para o uso, basta realizar uma solicitação ao Sindicato, não havendo discriminação entre os sindicalizados ou não.

*Em Ipixuna do Pará*, diferentemente dos outros municípios, o caminhão fica sob gestão da cooperativa agrícola de castanha de caju. Num primeiro momento, o bem adquirido tinha como local de abrigo a própria sede da agroindústria, pois possuía um funcionário responsável pela segurança na propriedade. Após a desativação da mesma, a prefeitura retirou o funcionário do local, sendo esta a justificativa para o entrevistado optar por deixá-lo em sua própria residência, uma vez que a cessão é de responsabilidade da cooperativa e o diretor presidente, responsável por esta. Segundo o mesmo, há uma garagem específica para o caminhão.

*O município de Ourém*, diferente dos outros municípios contemplados com o projeto de 2009, solicitou um micro-ônibus para apoiar o projeto da Casa Familiar Rural (CRF), sob gestão da Associação dos Produtores 25 de Julho. Segundo entrevista com o vice-presidente da associação, o projeto da CFR já foi apoiado pelo Programa Territórios Rurais, que auxiliou na reforma do prédio e na aquisição de bens (aparelhos de ar condicionado e computadores). Dando continuidade a este apoio, o entrevistado relatou que a aquisição do micro-ônibus vai ao encontro da proposta de pedagogia da alternância, na qual os alunos passam um período na escola e necessitam de transporte tanto da sua moradia para a escola quanto para visitas técnicas em propriedades e outras instituições.

O micro-ônibus, no entanto, não foi adquirido, sendo substituído por uma VAN, que chegou à CFR em 2011. Segundo o entrevistado, isto se deu pelo fato de não terem calculado corretamente o valor do micro-ônibus, sendo o dinheiro suficiente apenas para aquisição da VAN. Esta VAN foi utilizada pela primeira vez com um curso técnico em parceria com a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), entre 2013 e 2014. Após a troca de governo estadual, com mudança para um partido diferente do governo federal, as parcerias com a SEDUC se encerraram e não foram realizadas novas empreitadas na escola. Desde então, a escola e a VAN ficam paradas, sendo eventualmente utilizadas em alguns cursos, os quais o entrevistado não soube especificar.

Em visita à escola, situada na área rural do município, pudemos perceber que a mesma está praticamente abandonada, apesar de não estar depredada, pois existe a presença de um casal responsável pela segurança na propriedade, atuando enquanto zeladores do estabelecimento pagos pela prefeitura. Estes relataram que a escola é pouco utilizada, recordando apenas de um curso para produção de mel em 2014. A VAN encontra-se em boas condições e parada na garagem, informação confirmada pelos zeladores da escola.

*O projeto da EMATER*, segundo entrevista com o responsável pela proposição à época, atualmente funcionário lotado na EMATER regional de São Miguel do Guamá, não saiu do papel. O mesmo não soube informar quais motivos levaram à paralização do projeto. No caso do *projeto enviado pela MMNEPA*, os entrevistados não souberam dar informações, permitindo-nos concluir que não foi realizado.

*O caminhão adquirido pela prefeitura municipal de Paragominas é o outro projeto inteiramente realizado. Conforme relatado em entrevista pelo secretário de agricultura, o mesmo está sob a gestão da comunidade indígena. Diversos contatos foram realizados por telefone para agendar uma visita à comunidade e conversar com a liderança, no entanto, não houve sucesso. Desta maneira, com base na entrevista com o secretário de agricultura do município, concluímos que o caminhão foi adquirido e está sob gestão da comunidade. O entrevistado, inclusive, não soube explicar como funciona a gestão, relatando que a prefeitura somente é acionada para sua manutenção.*

A única informação constante em ata da plenária de 2012 sobre o **projeto de 2010** é a de que foi proposto a construção de um prédio para a agroindústria de polpa de frutas integral para o município de Dom Eliseu. Esta não ocorreu pois não foi possível conseguir a licença ambiental. Os entrevistados relataram, de maneira simplificada, que o projeto não aconteceu, sem saber especificar quais motivos levaram a isso.

**Em 2011**, segundo a ata do CODETER da reunião de 12 de agosto de 2011, decidiu por apoiar os seguintes projetos: construção de dormitórios e a compra de uma patrulha mecanizada com finalidade pedagógica para a CRF de Ourém. E foi definido um projeto secundário, de apoio à economia solidária, comprando equipamentos para estruturar a rede de economia solidária da região do rio Capim, Rede Capim.

Segundo informações dadas pelo vice-presidente da associação de produtores de Ourém, o dormitório não foi construído, sem saber ao certo o motivo. O mesmo ainda comentou que a elaboração do projeto acarretou em um custo de R\$ 4.500,00 para a associação, pois foram obrigados a contratar um engenheiro para o projeto. Em nenhuma das atas analisadas apresenta-se também o motivo da não construção do dormitório. Tal informação é corroborada pela falta de documentação referente ao dormitório no SICONV.

Segundo a representante da SEDAP, o projeto está em licitação atualmente, assim como os demais itens. No caso dos objetos eletrônicos, isto decorreu dos problemas que ocorreram na última licitação, que agora incitaram as secretarias do governo do estado do Pará a fazerem as licitações de produtos semelhantes de maneira conjunta. Assim, não foi elaborado uma licitação para aquisição apenas destes itens, mas sim aguardou-se a demanda de outros setores para realização de uma licitação unificada, ainda não realizada.

Em outros anos os projetos foram decididos em consenso, segundo as atas. **Em 2012**, por sua vez, foi realizada uma votação para a escolha dos projetos. É interessante destacar nesta ata a fala do ex-representante da SAGRI (atual SEDAP) no CODETER, destacando que o Tribunal de Contas da União (TCU) solicitou que os projetos dos Territórios Rurais, entre 2004 e 2007 fossem finalizados, mostrando que os atrasos são comuns no Território.

Após apresentado o valor pelo delegado do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário, R\$ 550.000,00 do MDA e R\$ 61.000,00 do proponente, todas as entidades presentes apresentaram suas propostas. Estas, no entanto, atingiram um valor de R\$ 1.059.000,00, superior ao valor disponível. Como ninguém quis retirar seus projetos, o coordenador do CODETER propôs que apenas as propostas mais votadas seriam aprovadas. A única solicitação excluída foi a de um caminhão em Dom Eliseu, pedido pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, pois o representante da SAGRI informou que já havia um caminhão adquirido pelo Território e que estava para ser entregue. Após esta dinâmica as propostas aprovadas foram: 7 motocicletas, 3 veículos de passeio, 3 aparelhos de GPS, para assistência técnica; 1 caminhão para transporte de produção agrícola; 1 kit para envase de mel em sachê para beneficiamento do produto; 1 patrulha mecanizada; e 1 veículo utilitário, tenda e equipamento audiovisual para apoio à rede de economia solidária.

O projeto deste ano ainda não foi completamente realizado, segundo informações da representante da SEDAP no CODETER. Os veículos e a patrulha mecanizada já foram adquiridos, porém estão nos pátios das unidades da SEDAP em Belém e Ananindeua esperando a cessão do bem. Os outros itens ainda estão em processo de licitação. Em de 20 de setembro de 2016 um novo documento foi incluído no SICONV pedindo a prorrogação do contrato deste projeto.

A ata da plenária de 05 de setembro de 2013 revela duas particularidades dos **projetos de 2013**. Em primeiro lugar, seria preciso incluir nas metas medidas exclusivas para grupos produtivos de mulheres, povos e comunidades tradicionais e para grupos produtivos de jovens. Com uma verba de R\$ 425.000,00, o coordenador do CODETER solicitou aos presentes que apresentassem as propostas de projeto. Contudo, não haviam propostas previamente pensadas, sendo concedido dez minutos para que os participantes se reunissem e propusessem os projetos.

Ainda segundo a ata, foi decidido em consenso medidas que beneficiassem a fruticultura em Ipixuna do Pará, que possui uma agroindústria de caju. Desta maneira, propuseram a aquisição de um caminhão frigorífico para escoar a matéria prima de Dom Eliseu, Rondon do Pará, Ulianópolis e Paragominas. O projeto exclusivo para fortalecer grupos de mulheres no Território apresentou a aquisição de uma caminhonete e três máquinas de envase de mel em sachê. Além destes, propôs-se também a compra de mais duas máquinas de envase de mel em sachê. Estes projetos ainda não foram realizados e aguardam os processos de licitação, segundo informações da representante da SEDAP no CODETER.

Chama atenção um fato relatado pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ulianópolis. A presidenta comentou que aguardam ansiosamente a aquisição de máquinas de envase de mel do projeto de 2013, pois vendem o mel em sachê para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e necessitam enviar à Castanhal, município a aproximadamente 300 km de distância, para poder colocar na embalagem adequada, reduzindo a rentabilidade da atividade.

**O projeto de 2014** aparece na ata da reunião do CODETER do dia 07 de agosto de 2015, onde a coordenadora do CODETER relata que o projeto de 2014 consistia na mecanização agrícola da cultura da mandioca. Por dificuldades de inserção do projeto no sistema, o projeto não foi finalizado.

**O projeto de 2015** consiste num reaproveitamento do proposto no ano de 2014, conforme revela a ata, segundo a qual a coordenadora do CODETER propõe que seja utilizado o mesmo projeto, por já estar pronto. Isso foi aprovado, com orçamento de R\$ 384.000,00, sendo R\$ 38.400,00 da SEDAP e R\$ 345.600,00 do MDA.

A proposta consiste na aquisição de 8 plantadeiras/adubadoras de mandioca e 8 afofadeiras de solo para mandioca, com objetivo de incrementar uma das principais atividades econômicas da região. O ano de 2015 contém dois projetos que versam sobre a mesma aquisição, com diferença de que no primeiro é proposta a aquisição de 8 kits e no segundo de 12 kits. Segundo o projeto, cada kit, contendo 1 plantadeira/adubadora e 1 fofadeira, ficará alocada em um município polo e servirá a mais municípios. Os polos são os municípios de Concórdia do Pará, Capitão Poço, Ulianópolis e Mãe do Rio.



Este projeto ainda aguarda a elaboração do contrato, sem expectativas de ser realizado. Segundo informações dadas em entrevista, ainda há um receio de que o projeto não ocorra por falta de repasse.

**Em 2016**, segundo informações da presidente do CODETER e da representante da SEDAP neste colegiado, não haveria repasse de verba para este ano. No entanto, ao acessar os manuais do PROINF, percebemos dois editais abertos neste ano: Chamada Especial para Grupos Produtivos de Mulheres, de R\$ 100.000,00, podendo ser ampliado em 20% caso fosse comprovada a representação de jovens e/ou povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2016c); Chamada Especial para Juventude Rural, de R\$ 100.000,00, podendo ser ampliado em 20% caso comprovada a representação feminina e/ou de povos e grupos de comunidades tradicionais e/ou representação (BRASIL, 2016d).

Este fato, a nosso entender, representa os possíveis impactos que a falta de informação pode trazer ao Programa, pois essa verba acabou por não ser disponibilizada para o CODETER. Como nos foi relatado e percebemos no SICONV, soma-se 2016 aos anos de 2010 e 2014, em que não foram enviados projetos, logo nem mesmo a pouca verba disponibilizada acabou sendo executada.

### **Dificuldades, limitações e superações do Programa**

Várias foram as dificuldades apontadas pelos entrevistados, destacando as burocracias institucionais como os fatores mais limitantes, sobretudo no que diz respeito ao papel do CODETER, instância estritamente deliberativa dos valores disponibilizados pelo PROINF, não cabendo, sequer, a gestão das ações deliberadas. Além disso, o CODETER é composto por conselheiros representantes de determinadas categorias. Isso representa, na prática, que as pessoas que compõem este colegiado ocupam outras funções na sociedade: funcionários públicos, agricultores camponeses, representantes de sindicatos e gestores de cooperativas, entre outros. Assim, não são exclusivos conselheiros, o que se apresenta como uma dificuldade de participação ativa no colegiado.

A predominância dos projetos contemplando aquisições de veículos e bens móveis explica-se por um problema estrutural do Nordeste Paraense, como ademais, é próprio da Amazônia: a incipiente regularização fundiária. A falta de documentação das terras foi

detectada ainda na vigência do Programa dos Territórios Rurais, instituído em 2003, razão pela qual o CODETER decidiu-se por medidas compatíveis com esta realidade não enfrentada pela política pública. A proposta de construção dos dormitórios da Casa Familiar Rural de Ourém, exceção entre os projetos, apenas confirma esta regra.

A falta de institucionalidade do CODETER, que não dispõe de verba específica para a manutenção dos bens móveis, coroa a sua inércia, até porque cabe ao cessionário a responsabilidade sobre eles e, no entanto, o direito de uso caberia a todos do Território. Nas palavras da presidente do CODETER: “o bônus todo mundo quer, o ônus...”. Logo, são obstáculos inerentes à política.

Apesar disso, o CODETER encontrou mecanismos de superar algumas dessas limitações. Decidiu, como pudemos perceber em atas, entrevistas e outros documentos, que a forma de escolha dos projetos atende ao critério de beneficiar diferentes municípios. A presidente e o secretário afirmaram tratar-se de uma opção do colegiado, pois o difícil compartilhamento impõe a tentativa de distribuir as ações da maneira mais igualitária pelo Território. Quanto à manutenção, as soluções foram encontradas não pelo CODETER, mas pelos responsáveis pela gestão do bem: sindicato, associação, cooperativa e prefeituras. A cobrança de taxa, o compartilhamento dos custos ou a liberação sem custos foram as formas utilizadas para possibilitar o uso dos caminhões. Conforme visto nos trabalhos de campo e relatado nas entrevistas, este foi o mecanismo que possibilitou seu funcionamento até o momento.

Advertimos, no entanto, que este uso não ocorre de maneira “territorial”, compartilhada entre os municípios. Todos os entrevistados apontaram esta característica, compreendendo que é um bem de vários municípios, mas justificando as dificuldades de distância e de uso coletivo como inibidores potenciais. Tudo isso conduz à dificuldade de fiscalização e de compartilhamento de gastos

Outro fator limitante ao bom andamento do Programa é o grande distanciamento entre a concepção e execução dos projetos. O caso mais extremo é o de 2011, momento em que foram tomadas as decisões, sem execução até 2016, tendo sido o mesmo prorrogado para 2017. Como relatou a presidente e o secretário do CODETER, assim como os demais entrevistados, é muito desestimulante debater, viajar, discutir e deliberar um projeto e ver os resultados depois de 3 anos ou mais, com uma burocracia imensa para sua realização.

Esse distanciamento não é somente no tempo, mas também nas ações. No caso dos projetos de 2009, por exemplo, solicitou-se um micro-ônibus, mas foi comprado uma VAN. Segundo informações já apresentadas acima, a estimativa do valor do micro-ônibus foi feita por aproximação e, na hora da compra, não era suficiente, daí a substituição. Esta situação revela a falta de assessoria e planejamento prévio, o que pode se confirmar no projeto de 2013. Neste projeto, conforme relatado em ata, não haviam projetos pensados para os valores disponibilizados para deliberação, tendo sido consumidos apenas dez minutos para que fossem elaboradas propostas que, na sequência, seriam votadas pela plenária.

Somam-se a essas situações os entraves burocráticos. A deliberação em plenária, seleção do proponente, aprovação do conselho estadual, envio ao ministério, retorno para correções, análise das correções e envio para aprovação do projeto envolve procedimentos onerosos do ponto de vista de tempo e complexos, do ponto de vista do aparato técnico-administrativo, demandando apoio de outros órgãos governamentais, como a SEDAP ou as prefeituras municipais. Qualquer entrave que se dê neste cronograma implica atrasos significativos das ações, logo, o não reconhecimento da efetividade da política.

Apesar de todas estas limitações, o Programa é bem avaliado pelos entrevistados, todos envolvidos com o CODETER e a gestão dos bens. Fato este já apontado por Souza (2014) em seu trabalho e comprovado em campo. Isso nos conduz a duas conclusões: o Programa possui um discurso muito convincente e as medidas, que parecem mínimas, representam mudanças significativas na vida de quem as recebe. Com isso, não é pertinente compreender que somente existem limitações no Programa, mas compreender que malgrado a insuficiência das medidas, elas são importantes para seus beneficiários.

Considera-se, portanto, que há um descompasso entre o que o Programa promete e o que ele realiza, sendo este descompasso que sugere o seu fracasso. Isto não é justificativa para desconsiderar todo e qualquer avanço da política territorial, muito menos interpretá-la tal qual foi prevista em sua organização, como solução de tantos problemas apresentados.

Seria um erro considerar que todos os atores do território aparecem representados no CODETER. Neste, há uma nítida centralidade, que parte do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na gestão e da SEDAP na situação de proponente. São poucos os relatos de participação de quilombolas, indígenas e populações tradicionais nas atas das reuniões.

Segundo o secretário do CODETER isto é resultado da frustração da participação, por não verem seus projetos aprovados, e da dificuldade de deslocamento.

A dinâmica do Programa também não nos permite pensar que há uma abordagem territorial pois todas as medidas são, exclusivamente, para o setor agrícola, notado o destaque para a área rural dos municípios. Desse modo, mantém-se a abordagem setorial que o Programa se propõe a quebrar. Esta abordagem, ainda, acaba por escamotear diversos outros problemas do Território por não ter nenhuma medida que iniba os impactos resultantes dos mesmos: a concentração fundiária; a exploração dos recursos minerais e seus impactos; a extração ilegal da madeira; a expansão das atividades agrícolas monocultoras e seus impactos sociais e ambientais.

Não podemos deixar de comentar, além disso, da verba que é disponibilizada para deliberação. Conforme já apresentamos, o CODETER apenas pode decidir o uso da verba referente ao PROINF e não a verba de todo o Programa Territórios da Cidadania. Assim, para um Território de 6.875.378 hectares e de 734.492 habitantes, um investimento proposto em 2009 e executado no ano de 2012, com valor de R\$ 1.232.000,00, é pequeno demais frente aos problemas do Território. Em números absolutos, podemos ver que foram investidos, por habitante o equivalente a R\$ 1,68, aproximadamente, para um ano, sem considerar o tempo de execução. Concluimos e corroboramos com a visão de todos os entrevistados: a verba é pequena frente às burocracias, dificuldades e problemas do Território.

Consideramos que o Programa apresenta limitações demais frente às suas proposições, tornando quase impossível vencer os problemas elencados para delimitação dos Territórios. Apresenta-se mais como um Programa que se serve como promessa do que como realização, servindo, todavia, para alimentar expectativas sem contribuir alterar estruturas que perpetuam a desigualdade. Com a interrupção do governo do Partido dos Trabalhadores, implementador de tais programas, a tendência é de extinção destes, impedindo a continuidade de seus avanços e a superação de suas limitações, destacando, aí, a omissão sobre a reforma agrária. Se o Programa não previa essa questão, dificultando-a, a retomada das forças conservadoras e o fortalecimento da bancada ruralista distanciam-nos ainda mais dessa superação.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 11.911, de 23 de março de 2009. Dá nova redação aos arts. 1o, 3o e 6o do Decreto de 25 de fevereiro de 2008, que institui o Programa Territórios da Cidadania, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F., 24 mar. 2008, Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Sistema de Informação Territorial**: Caderno Territorial do Nordeste Paraense/PA. Brasília: SDT/MDA, 2015. Disponível em:

<[http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_061\\_Nordeste%20Paraense%20-%20PA.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_061_Nordeste%20Paraense%20-%20PA.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Sistema de Gestão Estratégica**. 2016a. Disponível em:

<<http://sge.mda.gov.br/sge/index.html>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Programa Territórios da Cidadania**. 2016b. Disponível em:

<<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Departamento de Inclusão socioprodutiva. **PPROINF 2016 Chamada Especial para Grupos Produtivos de Mulheres**. 2016c. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/manuais-proinf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Departamento de Inclusão socioprodutiva. **PPROINF 2016 Chamada Especial Juventude Rural**. 2016d. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/manuais-proinf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Portal dos Convênios**. 2016e. Disponível em: <<http://portal.convencios.gov.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. **Programa Brasil Quilombola**. 2017. Disponível em: <<http://monitoramento.seppir.gov.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. **Terras Indígenas**. 2017. Disponível em <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

HYDRO. **A Hydro no Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://www.hydro.com/pt-BR/a-hydro-no-brasil/operacoes-no-brasil/>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

IMERYS. **Imerys no Pará**. 2017. Disponível em: <<http://www.imerysnopara.com.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados do Censo Agropecuário de 2006**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA – Banco de Tabelas, 2006. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc/brasil>>. Acesso: em 12 dez. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados da Produção Agrícola Municipal**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA – Banco de Tabelas, 2016. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc/brasil>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

MÜLLER, Antonio A. **A cultura do dendê**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1980. 24 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2015. 177 p.

SOUZA, Edilson de A. **Políticas públicas e práticas discursivas do desenvolvimento territorial na Amazônia: uma análise do Programa Territórios da Cidadania no Nordeste Paraense**. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Belém. 2014.

SOUZA, Marcelo L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; CORREA, Roberto L.; GOMES, Paulo C. da C. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.